



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1866652 - PE (2020/0061653-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES**  
**FEDERAIS DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873**  
**JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037**  
**RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

### **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO COM OS REAJUSTES PREVISTOS NAS LEIS 8.622/1993 E 8.627/1993. IMPOSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 1.486-1.487):

Processual Civil. Agravo de instrumento contra decisão (doc. 4058300.3122485), em sede de cumprimento de sentença (proc. 0807780-83.2015.4.05.8300), que, entre outros pontos, 1) rejeitou as alegações de ilegitimidade ativa do sindicato para promover a execução dos honorários advocatícios sucumbenciais, em face do contrato acostado aos autos, e substituir processualmente os docentes da Universidade-devedora, pois foi questão decidida no processo de conhecimento; 2) afastou a alegação de litispendência, pois a devedora não comprovou o pagamento da verba executada em favor dos agravados; 3) descabida a alegação de prescrição executória, considerando a decisão transitada em julgado, que estabeleceu o termo inicial da prescrição quinquenal em 16 de janeiro de 2009, e que, antes do prazo de cinco anos, foi ajuizada uma Medida Cautelar de Protesto Interruptivo da Prescrição, em 06 de dezembro de 2013, sendo a devedora intimada em 19 de dezembro de 2013, cujo efeito postergou o final do prazo prescricional para 06 de junho de 2016, após, portanto, o ajuizamento do cumprimento de sentença, em 31 de maio de 2016; 4) afastou a compensação de eventuais valores recebidos pelos substituídos em razão das Leis 8622 e 8627, ambas de 1993, pois o título judicial assim não determinou, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1235513-AL, em sede de recurso repetitivo; 5) rejeitou a existência de acordo com o substituído Carlos Alberto Borba Schuller, por falta de prova; 6) determinou a remessa dos autos à Contadoria para esclarecer/justificar a limitação dos cálculos a junho de 1998, como data da efetiva implementação do percentual de 28,86%; e, enfim, 7) determinou que a correção monetária e os juros de mora devem ser de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal.

- Busca a agravante o reconhecimento 1) da prescrição da pretensão executória, pois, o título judicial transitou em julgado em agosto de 2002, e a execução foi promovida em 12 de novembro de 2015; e, ainda que se considere que a decisão judicial fixou o termo inicial em

16 de janeiro de 2009, o prazo prescricional é contado pela metade após a interrupção; 2) da ausência de interrupção desse prazo pela referida medida cautelar 0012686-23.2013.4.05.8300; 3) da ilegitimidade ativa do SINTUFEPE para promover a execução dos honorários advocatícios de sucumbência em favor de Cleto Arlindo da Costa, e para substituir os docentes; 4) da litispendência entre essa ação e as de número 0008885-70.2011.4.05.8300, 0008953-20.2011.4.05.8300; 5) do acordo administrativo do autor CABS, relativamente à verba ora executada, segundo documentação acostada aos autos; 6) de ser devida a exclusão, na conta exequenda, do período de licença da autora CCRRM para cuidar de interesses particulares, entre 1º de abril de 2000-2001; 7) de ser devida a compensação do reajuste de 28,86% com os concedidos pelas Leis 8.622 e 8.627 aos substituídos; e, enfim, 8) serem devidos a correção monetária e os juros de mora de acordo com o art. 1º-F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09, mesmo após 25 de março de 2015.

- Em processos desse jaez, esta Segunda Turma firmou o entendimento de que a pretensão executória foi fulminada pela prescrição, uma vez que o trânsito em julgado ocorreu em fevereiro de 2002, e o ingresso do cumprimento de sentença ultrapassou o lustro prescricional, a contar daquela data, com fulcro nos arts.

604, § 1º (introduzido pela Lei 10.444/02), sucedido pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º (introduzido pela Lei 11.232/05), todos do Código de Processo de 1973, e na Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal.

- É que, desde a vigência da Lei 10.444/02, é prescindível a entrega de documento, pela parte devedora ou por terceiros, para o acertamento dos cálculos exequendos. Destarte, desnecessário o adiamento do termo inicial da prescrição, com o fito de aguardar a juntada de fichas financeiras dos substituídos para a feita dos cálculos necessários à execução do julgado, de acordo com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (REsp 1336026/PE).

- Nesse cenário, cumpre esclarecer que a decisão interlocutória, que postergou o início do prazo prescricional para 16 de janeiro de 2009, motivada pela demora da parte devedora para juntar aos autos a documentação necessária à feita dos cálculos exequendos, contrariou aquele precedente, em sede de recurso repetitivo.

- Constatada tal divergência, maiormente não pode ser mantida a incolumidade daquela decisão interlocutória, gerada pela preclusão, em observância aos arts. 966, inc. V e § 5º, e 927, inc. III, do Código de Processo Civil, que preveem a desconstituição de julgado, após o trânsito em julgado, que incorreu em semelhante vício; bem como em atenção à cláusula constitucional da duração razoável do processo, por via da imediata adaptação dos julgados ao entendimento da Corte Superior. Precedente: PJe AGTR 08095891120174050000 - SE, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado em 07 de fevereiro de 2018. Adoção do mesmo entendimento ao caso em debate, por tratar de situação semelhante, em cumprimento de sentença do mesmo título executivo coletivo.

- Provimento do agravo de instrumento.

Embargos de declaração, opostos por ambas as partes, rejeitados.

Novos aclaratórios opostos pelo SINTUFEPE, às fls. 1641-1.648, providos dar provimento aos embargos de declaração anteriores do Sindicato e dar parcial provimento ao agravo de instrumento da UFPE. Eis a ementa do referido julgado (fls. 1.700-1.702):

Processual Civil. Aclaratórios que apontam omissão no julgado atacado, quanto à modulação dos efeitos do REsp repetitivo 1.336.026-PE, ocorrida após a oposição do 1º aclaratório, manejado pelo ora embargante, e antes da prolação do acórdão embargado, a configurar fato novo, ressaltando-se que foi publicada a modulação dos efeitos nos autos do REsp indicado em 22 de junho de 2018, com o marco inicial para aplicação da tese firmada nesse paradigma em 30 de junho de 2017, inclusive para as decisões transitadas em julgado até 17 de março de 2016, caso dos autos, o que implica o afastamento da prescrição.

1. O acórdão embargado negou provimento aos anteriores aclaratórios, com base no entendimento firmado em sede de recurso repetitivo, no REsp 1.336.026-PE, sem analisar a modulação dos efeitos desse paradigma. Desse modo, encontra-se omissa, com apoio no art. 1.022, parágrafo único, inc. I, do Código de Processo Civil.

2. Verificada a omissão, aplicam-se os efeitos da sobredita modulação ao caso entelado, para sanar o defeito. Em análise, transcreve-se a modulação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, no REsp 1336026/PE: Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado

de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017.

3. Segundo se colhe dos autos do cumprimento de sentença do título judicial coletivo, onde se trava o presente debate, executa-se o título executivo n. 0015568-85.1995.4.05.8300, com certidão de trânsito em julgado datada em 15/08/2002, após a homologação da desistência do recurso especial pela Universidade. Há a fixação do termo inicial do prazo prescricional em 16/01/2009, por decisão, em face na demora de fornecimento de fichas financeiras, documentos essenciais para feitura dos cálculos exequendos. Há o deferimento da citação da requerida-Universidade, em 19 de dezembro de 2013, em medida cautelar de protesto n. 0012686-23.2013.4.05.8300, que objetivava a interrupção da prescrição. Com o ajuizamento da ação em 13 de novembro de 2015, não foi ultrapassado o prazo prescricional, a contar da sua interrupção operada com a medida cautelar de protesto mencionada.

4. No caso, além de haver a demora no fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras, o título judicial transitou em julgado antes 17/3/2016, de modo que o lustro prescricional da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017, na forma determinada pela modulação do recurso repetitivo, REsp 1336026/PE. Assim sendo, é afastada a prescrição da pretensão executória, com base nesse paradigma. Precedente: PJe AGTR 08105487920174050000, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado em 24/09/2018.

5. Ultrapassada a prescrição, analisam-se as demais questões postas no agravo de instrumento da embargada-Universidade, nos seguintes termos: a) da ausência de interrupção do prazo prescricional pela medida cautelar 0012686-23.2013.4.05.8300; b) da ilegitimidade ativa do SINTUFEPE para promover a execução dos honorários advocatícios de sucumbência em favor de Cleto Arlindo da Costa, e para substituir os docentes; c) da litispendência entre essa ação e as de número 0008885-70.2011.4.05.8300, 0008953-20.2011.4.05.8300; d) do acordo administrativo do autor CABS, relativamente à verba ora executada, segundo documentação acostada aos autos; e) de ser devida a exclusão, na conta exequenda, do período de licença da autora CCRRM para cuidar de interesses particulares, entre 1º de abril de 2000-2001; f) de ser devida a compensação do reajuste de 28,86% com os concedidos pelas Leis 8.622 e 8.627 aos substituídos; e, enfim, g) de serem devidos a correção monetária e os juros de mora de acordo com o art. 1º-F, da Lei 9.4 94/97, com redação dada pela Lei 11.960/09, mesmo após 25 de março de 2015.

6. No referente à interrupção do prazo prescricional pela medida cautelar indicada, considera-se a ocorrência de preclusão quanto aos pontos do deferimento da intimação da Universidade-agravante para se manifestar na medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição. Isso porque o conteúdo daquele decisório transitou em julgado e a parte devedora-apelada não alegou e nem comprovou cabalmente ter anulado, em contraprotesto, os efeitos conservativos do requerimento cautelar reclamado, na forma exigida pelo arts. 867, 871 e 872, do Código de Processo Civil de 1973, então vigente.

7. Desarrazoada a alegação de impossibilidade de se executar, nesses autos, os honorários advocatícios sucumbenciais, por ser o sindicato-agravado parte ilegítima. É que, conforme afirmou a Universidade-agravante, o advogado Cleto Arlindo da Costa - ao se retirar da causa e substabelecer os poderes para o escritório de advocacia, atual representante do agravado -, por meio de contrato, autorizou esse escritório a executar, juntamente com o crédito principal, o valor relativo aos seus honorários; situação que, por si só, não afronta o art. 18, do Código de Processo Civil.

8. Também não se sustenta a prejudicial de ilegitimidade do sindicato-agravado para representar os docentes, pois foi discutida e afastada a alegação da ilegitimidade do Sindicato-autor, no processo de conhecimento, de modo que não pode mais ser revolvida essa questão em sede de execução/cumprimento de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.

9. Afasta-se a alegação de litispendência, diante da homologação da desistência dos substituídos nas ações referidas pela parte agravante, conforme documentação acostada aos autos (docs. 2699931, 2699929 e 2699936).

10. Rejeita-se a alegação de acordo entre a Universidade-agravante e o autor Carlos Alberto Borba Schuler, dado que documentação acostada aos autos (doc. 2559391, página 28), referente ao passivo do percentual de 28,86% pago àquele autor, relaciona-se a Universidade diversa.

11. O título judicial deve ser executado conforme os seus termos. Embora não conste na decisão agravada a análise da impugnação, quanto à exclusão, na conta exequenda, do período de licença da autora Carla Claudia da Rocha Rego Monteiro, observa-se, nas suas

fichas financeiras (f. 143-144/551, doc. 2559395), que inexistiu remuneração entre maio de 2000-2001. Destarte, como o direito reconhecido no título judicial (reajuste geral de 28,86%) incide sobre a remuneração da demandante, sem essa não pode haver cálculo de parcelas decorrentes, no período destacado. Nesse ponto, está com a razão a agravante-Universidade.

12. Quanto ao pedido de compensação ou dedução do reajuste de 28,86% com os índices deferidos pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, merece reparos a decisão recorrida. É que esta 2ª Turma tem posição pacífica no sentido de que deve ocorrer a detração dos aumentos decorrentes de plano de reestruturação de carreira, de modo que a execução de decisões judiciais que consagrem reajustes salariais deve levar em consideração a necessária compensação de valores que já foram implantados em face de terminação legal.

13. Cumpre observar que não há afronta ao precedente do STJ em sede de REsp repetitivo (n.1.235.513/AL), em face "distinguishing", porque não há, no caso presente, genuína pretensão à compensação, pois se trata de pagamento de valores que foram pagos acima da média (28,86% concedidos aos militares), que o Supremo Tribunal Federal entendeu extensivo aos servidores civis. Ademais, executa-se individualmente título coletivo judicial, o qual decorre de condenação genérica (CDC, art. 95), razão por que é possível, na liquidação ou execução, analisarem-se situações particulares de seus pretensos beneficiários, a exemplo dos índices já deferidos a si, pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, sem que haja violação à coisa julgada. Outrossim, convém recordar que a homologação da desistência da Universidade, ora devedora, dos recursos especial e extraordinário, no processo de conhecimento, fora conforme requerido as fls. 3870, ou seja, com a compensação dos aumentos concedidos pela Lei n. 8627/93.

14. No tocante à atualização monetária, adotam-se os critérios do Manual de Cálculos da Justiça Federal vigente, observando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no RE 870.947, repercussão geral, que revela ser inconstitucional o art. 1º-F, da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.

15. Quanto aos juros de mora, irretocável a decisão atacada, vez que aplicou o critério do Manual de Cálculo da Justiça Federal, em harmonia, também, com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no RE 870.947, repercussão geral, que adota o previsto no art. 1º-F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09, no período pertinente a sua vigência.

16. Aclaratórios do Sindicato providos, para sanar omissão no julgado dos anteriores aclaratórios, aplicando-se ao caso a modulação dos efeitos no recurso repetitivo, REsp 1336026/PE, com o que se afasta a prescrição. Aclaratórios anteriores do Sindicato providos. Agravo de instrumento da Universidade parcialmente provido, para ser devida a compensação do reajuste de 28,86% com os concedidos pelas Leis 8.622 e 8.627 aos substituídos, e excluir, da conta exequenda, relativamente a Carla Claudia da Rocha Rego Monteiro, o período no qual inexistiu remuneração entre maio de 2000-2001, na forma acima analisada.

Preliminarmente, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, e parágrafo único, I, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou acerca das seguintes questões: (a) "impossibilidade de conhecimento do agravo de instrumento da UFPE quanto à questão não analisada pela decisão agravada" (fl. 1.845); e (b) "impossibilidade de compensação do reajuste de 28,86% com os aumentos advindos das Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, em razão da formada na ação de conhecimento, onde essa questão já foi existência de coisa julgada devidamente apreciada, tendo o título executivo transitado em julgado sem a previsão da referida compensação" (fl. 1.846).

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 502, 503, 505, 507, 508 e 1.039, todos do CPC/2015, sob os seguintes argumentos: (a) deve "ser reformado o acórdão recorrido com a sua correta adequação à tese firmada no REsp nº 1.235.513/AL – segundo a qual não é possível determinar a compensação do índice de 28,86% com outros índices previstos nas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 quando não houver expressa determinação no título judicial" (fl. 1.856); e (b) "no caso em análise, a questão da compensação foi invocada pela autarquia já no processo de conhecimento, não tendo sido acolhida, o que evidencia a impossibilidade de rediscussão da matéria na fase executiva, sob pena de ofensa à coisa julgada" (fl. 1.866).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 2.084-2.085.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022, II, e parágrafo único, I, do

CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Da mesma forma, afasta-se a alegada afronta ao artigo 489, § 1º, IV, do CPC/2015, pois o Tribunal de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ainda nessa esteira, frise-se que a jurisprudência deste Superior Tribunal é firme no sentido de que "o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro Og Fernandes, Corte Especial, DJe 3/8/2016).

Noutro giro, acerca da impossibilidade de se alegar, após a fase de conhecimento, a compensação do índice de 28,86% com os reajustes concedidos pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, assim consignou a Corte *a quo* (fl. 1.699):

[...]

Quanto ao pedido de compensação ou dedução do reajuste de 28,86% com os índices deferidos pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, merece reparos a decisão recorrida. É que esta 2ª Turma tem posição pacífica no sentido de que deve ocorrer a detração dos aumentos decorrentes de plano de reestruturação de carreira, de modo que a execução de decisões judiciais que consagrem reajustes salariais deve levar em consideração a necessária compensação de valores que já foram implantados em face de terminação legal.

Cumpra observar que não há afronta ao precedente do STJ em sede de REsp repetitivo (n.1.235.513/AL), em face "distinguishing", porque não há, no caso presente, genuína pretensão à compensação, pois se trata de pagamento de valores que foram pagos acima da média (28,86% concedidos aos militares), que o Supremo Tribunal Federal entendeu extensivo aos servidores civis. Ademais, executa-se individualmente título coletivo judicial, o qual decorre de condenação genérica (CDC, art. 95), razão por que é possível, na liquidação ou execução, analisarem-se situações particulares de seus pretensos beneficiários, a exemplo dos índices já deferidos a si, pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, sem que haja violação à coisa julgada. Outrossim, convém recordar que a homologação da desistência da Universidade, ora devedora, dos recursos especial e extraordinário, no processo de conhecimento, fora conforme requerido as fls. 3870, ou seja, com a compensação dos aumentos concedidos pela Lei n. 8627/93.

[...]

Assim, no caso dos autos, a alteração das conclusões adotadas pela Corte regional acerca do alcance do título executivo, tal como colocadas as questões nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. INFORMAÇÕES DA CONTADORIA JUDICIAL. FÉ PÚBLICA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DOS CÁLCULOS DA CONTADORIA DO JUÍZO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. No tocante ao alcance do título executivo e dos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, a alteração das conclusões firmadas no voto condutor demanda novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Precedente: AgInt no REsp 1.536.365/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 5/4/2018.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.655.979/PE, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23/5/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ARTIGO 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF. COMPENSAÇÃO COM OS REAJUSTES PREVISTOS NAS LEIS NS. 8.622/1993 E 8.627/1993. VEDAÇÃO. FUNDADA EM INFORMAÇÕES DA CONTADORIA JUDICIAL. FÉ PÚBLICA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DOS CÁLCULOS DA CONTADORIA DO JUÍZO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Caso em que a Universidade Federal da Paraíba-UFPB desde a origem se insurge contra sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução, que tem por objeto o pagamento do reajuste de 28,86% deferido em título judicial em favor dos substituídos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ADUF/PB).
2. Não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil/1973 a reclamar a anulação do julgado. Isso porque o Tribunal local enfrentou expressamente as questões importantes para o deslinde da controvérsia, não havendo que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.
3. Quanto à tese de prescrição, a demanda foi julgada aos fundamentos de que houve instauração de incidente, com interrupção do prazo prescricional, e que não transcorreu o prazo de cinco anos entre o trânsito em julgado da aludida medida (7/10/2010) e o ajuizamento da ação (11/10/2012). A recorrente por sua vez se limita unicamente a reiterar os argumentos da apelação, sem contrapor seu inconformismo de forma específica ao acórdão prolatado, ferindo, dessa forma, o princípio da dialeticidade. Precedentes.
4. No tocante ao alcance do título executivo e dos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, a alteração das conclusões firmadas no voto condutor demanda novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ (v.g. AgInt no REsp 1.342.636/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 3/8/2017).
5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.588.791/PB, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22/9/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COISA JULGADA. ALCANCE DO TÍTULO EXECUTIVO. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE

1. Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que "não há que se falar em julgamento extra petita quando o juiz, adstrito às circunstâncias fáticas trazidas aos autos e ao pedido deduzido no recurso, aplica o direito com fundamentos diversos daqueles apresentados pelo recorrente" (AgRg no REsp 1.076.413/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 24/03/2009, DJe 20/04/2009). Precedente.
3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte regional, acerca da comprovação do pagamento e do alcance do título executivo, tal como colocadas as questões nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes.
4. "A jurisprudência desta Corte encontra-se sedimentada no sentido de que as verbas honorárias se compensam, mesmo que a uma das partes seja concedido o benefício da justiça gratuita" (AgInt no AREsp 693.596/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 02/02/2017, DJe 07/02/2017). Precedente.
5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.306.462/RS, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/8/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. PORTARIA MARE

2.179/98. ALEGADA VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão dos Embargos Declaratórios apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

II. A jurisprudência do STJ, seguindo a orientação do STF, reconhece o direito dos servidores públicos civis ao reajuste de seus vencimentos no índice de 28,86%, concedido pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, devendo deduzir-se, do referido reajuste, todavia, o percentual de aumento já concedido, a tal título. Nesse sentido: STJ, AgRg no Ag 1.405.011/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2011; AgRg no REsp 1.180.126/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 14/03/2012.

III. No caso, verificar se a compensação do reajuste de 28,86% deu-se em desconformidade com o que preconiza o título executivo, bem como se ocorreu ou não eventual afronta à coisa julgada, em decorrência da aplicação da Portaria MARE 2.179/98, é pretensão inviável, na via recursal eleita, porquanto exige o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível, em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 07 do STJ. A propósito: STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.413.210/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/06/2014; AgRg no REsp 1.267.731/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2014; AgRg no AREsp 186.810/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2013. IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 231.030/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 14/12/2015)

No mesmo sentido, anatem-se as seguintes decisões proferidas em hipóteses semelhantes: REsp 1.292.549/RS, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), DJe 05/09/2016; REsp 1.587.471/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 05/08/2016; REsp 1.505.612/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 27/08/2015 e REsp 1.113.188/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 30/05/2014.

Ademais, registre-se a *"orientação desta Corte, firmada em precedente julgado sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, segundo a qual havendo limitação no título judicial transitado em julgado ao pagamento do índice de 28,86%, nos termos das Leis n. 8.622/93 e 8.627/93, não viola a coisa julgada acolher-se, em embargos à execução, a compensação com outros índices remuneratórios, se concedidos por legislação posterior à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo"* (AREsp 615.464/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe 20/9/2016).

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 03 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator